



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 5 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Venda de eletrônicos deve crescer 15% VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Mantega ameaça com medidas cambiais VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO 'Com ameaças, ministro perde credibilidade" VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo flexibiliza regra para restituir exportador VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO Governo pode bloquear R\$ 40 bi do Orçamento VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO Cortar gastos permite ao Estado investir em setores em que é realmente necessário VEICULAÇÃO NACIONAL	7
JORNAL DO BRASIL Números positivos VEICULAÇÃO NACIONAL	8
O GLOBO Capital especulativo na mira..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
O GLOBO Governo vai acionar lei para frear importação triangular com chineses..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
VALOR Superávit com a Argentina traz riscos VEICULAÇÃO NACIONAL	12
VALOR Portaria libera protesto por autarquias VEICULAÇÃO NACIONAL	14

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Venda de eletrônicos deve crescer 15%		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fabricantes acreditam que em 2011 o setor estará tão aquecido quanto esteve no ano passado, com impulso do crédito edos preços

Marcelo Rehder

Depois de comemorar a venda recorde para os varejistas de mais de 11,5 milhões televisores em 2010, a indústria de eletroeletrônicos começou o ano animada. A Eletros, entidade que reúne os fabricantes do setor instalados no País, projeta para 2011 os mesmos índices previstos no ano passado, com crescimento de 15% em eletrônicos, 10% no setor de portáteis e 7% na chamada linha branca (fogões, geladeiras, lavadoras e freezers).

"As fábricas estão recompondo seus estoques, depois das vendas de fim de ano, que foram muito fortes", afirma Wilson Périco, presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares (Sinaees) do **Amazonas**. "Todos os sinais são de que o ritmo vai continuar bom no primeiro semestre", acrescenta.

Os dados mais recentes da **Superintendência da Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, divulgados ontem, mostram que até novembro o faturamento de televisores com tela de cristal líquido (LCD) teve crescimento de 121,86% e atingiu a marca de 7,711 milhões de unidades vendidas em onze meses, contra 3,475 milhões comercializadas no mesmo período de 2009.

As vendas de televisores com tela de plasma cresceram 39,62%, de 287,2 mil para 401 mil aparelhos no acumulado de 2010. Sem contar os televisores com iluminação traseira por LED, o faturamento dos onze meses somou 11,5 milhões de aparelhos. No período, foram vendidos 3,4 milhões de TVs tradicionais de tubo, quase 30% a menos do que em 2009.

O consumidor descobriu que ao LCD e o plasma lhe dão mais prazer que o sistema convencional, que passou a representar cerca de 10% no faturamento dos fabricantes de TVs. Além disso, a venda de aparelhos de tecnologias mais avançadas foi impulsionada pelo crescimento do emprego, pela queda de preços proporcionada pelos ganhos com aumento da escala de **produção**, e pelo crédito facilitado.

O presidente do Sinaees do **Amazonas** conta que, ao contrário de anos anteriores, alguns fabricantes de produtos eletroeletrônicos da **Zona Franca** não concederam em 2010 as tradicionais férias coletivas de fim de ano.

Para acompanhar o ritmo forte da **produção**, as empresas do setor contrataram cerca de 8 mil trabalhadores em regime temporário. "Boa parte deles deve ser efetivado, porque o ritmo continua forte", acredita Périco.

Segundo a **Suframa**, o faturamento dos fabricantes de eletroeletrônicos (exceto bens de informática) do Polo Industrial de **Manaus** somou US\$ 11,332 bilhões de janeiro a novembro do ano passado. O montante é 46,69% superior ao registrado em igual período de 2009 (US\$ 7,725 bilhões). Nos bens de informática, o faturamento somou US\$ 3,177 bilhões, 19,05% a mais em relação aos US\$ 2,669 bilhões de 2009.

O crescimento das vendas de eletroeletrônicos ajudou a impulsionar o faturamento total das empresas de **Manaus**, que somou US\$ 32,271 bilhões. Em apenas onze meses, o número já supera o recorde de 2008, ano que registrou faturamento de US\$ 30 bilhões. "Para 2011 continuamos a apostar no crescimento", diz a **Superintendente** da **Suframa**, **Flávia Grosso**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Mantega ameaça com medidas cambiais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministro convoca entrevista para tentar conter queda do dólar, mas, sem anunciar medida alguma, estabelece piso informal para a moeda Fabio Graner, Adriana Fernandes, Fernando Nakagawa e Raquel Landim

Com o dólar escorregando para o patamar de R\$ 1,65, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, convocou ontem uma entrevista coletiva para tentar segurar a valorização do real no "gogó". Ao tentar conter a queda do dólar, Mantega acabou indicando um novo piso informal para a moeda americana (R\$ 1,65, contra R\$ 1,70 até pouco tempo atrás).

E estabeleceu uma meta numérica para a política de comércio externo em 2011: um superávit comercial de US\$ 20 bilhões, o mesmo de 2010. Até agora, o governo só trabalhava com meta para exportações. O mercado financeiro prevê superávit de US\$ 8 bilhões para a balança este ano.

O dólar estava sendo negociado pela manhã perto R\$ 1,65. Na hora do almoço, o Ministério da Fazenda anunciou que às 15h30 Mantega falaria sobre câmbio. Imediatamente, os investidores passaram a operar com a expectativa de adoção de novas medidas cambiais, o que levou o dólar a acelerar a alta e ser negociado na casa de R\$ 1,67, com valorização de mais de 1%.

Na entrevista, Mantega fez o discurso de que a equipe econômica está atenta ao problema cambial. Disse que o dólar no patamar atual "acendeu o sinal de alerta" e prejudica as exportações. E afirmou que o governo está pronto para tomar medidas para conter esse processo. Mas não anunciou nenhuma iniciativa para já. "São infinitas as medidas que podemos tomar", ameaçou. Sem novidade, o mercado devolveu parte da valorização do dólar, que fechou a R\$ 1,664, com alta de 0,85%.

Sem entender. Nas mesas de câmbio ontem, os operadores diziam que "não entenderam" por que Mantega convocou a coletiva. Ao enfatizar que possui uma "infinidade" de medidas na gaveta, sem fazer nenhum anúncio, a avaliação do mercado é que o ministro "deixou tudo no ar".

Mário Paiva, analista da corretora BGC Liquidez, disse que o pronunciamento foi um "alerta" de que Mantega pode

adotar uma medida mais agressiva se o câmbio romper R\$ 1,65. "O governo já deu várias demonstrações que o dólar abaixo desse patamar gera desconforto", disse.

Para Eduardo Velho, economista-chefe da Prosper Corretora, o ministro está preocupado com a competitividade da indústria, mas não deve editar nenhuma medida cambial em breve. Ele avalia que o governo vai aguardar a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 18 e 19 deste mês. "Até uma definição mais clara do ajuste fiscal e da alta de juros, o governo não vai mexer no câmbio."

Mantega disse que o governo "não medirá esforços" para conter a apreciação do real. E salientou que considera que a "ação fiscal forte" prometida para este ano é um fator adicional nesse esforço. Isso porque, argumentou, um ajuste fiscal reduz a demanda, o que deve abrir espaço para, no futuro, os juros caírem.

Ele explicou que a equipe econômica está preparando uma redução de gastos federais, que não ocorrerá de forma linear. Enquanto não é definido o corte, segundo o ministro, os Ministérios estão trabalhando com pequena disponibilidade de recursos em janeiro.

O diretor da NGO Corretora, Sidnei Nehme, acredita que o governo vai mudar a maneira de combater a inflação. Ao invés de tratar os "sintomas", com juros altos e câmbio forte, promete atacar as "causas", com ajuste fiscal e menos crédito. "Isso vai impactar o câmbio, mas demora."

Mantega informou ainda que o volume de restos a pagar de 2010 está em torno de R\$ 57 bilhões, conforme o Estado revelou ontem. Em seguida, titubeou e disse que era necessário checar o número.

Superávit. O ministro também disse que o governo pretende agir no comércio exterior. "É claro que outras medidas vão ser tomadas para favorecer as exportações e impedir a concorrência desleal. Vamos ser mais rigorosos para preservar o saldo", disse Mantega. O objetivo, segundo ele, é que manter o superávit em torno de US\$ 20 bilhões. Ou seja, bem acima dos US\$ 8 bilhões estimados pela média dos analistas ouvidos pela pesquisa Focus.

O QUE JÁ FOI FEITO

Aumento de IOF

O imposto foi elevado duas vezes no ano passado para conter a valorização do real.

Título atrelado ao real

O Tesouro reabriu a emissão de títulos no mercado internacional atrelados ao real.

Compra de dólares

Em momentos de maior valorização do real, o BC acelera as compras de dólares.

Fundo Soberano

O Tesouro regulamentou na MP 513 a compra de dólares pelo Fundo Soberano do Brasil.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO 'Com ameaças, ministro perde credibilidade'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nathan Blanche, SÓCIO-DIRETOR DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA INTEGRADA

Raquel Landim

Um dos maiores especialistas em câmbio do País, Nathan Blanche, sócio da consultoria Tendências, disse que a estratégia de segurar o **dólar** no grito "simplesmente não funciona". Ele avalia que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, perde credibilidade ao mexer com as expectativas do **mercado**, sem tomar medidas efetivas. A seguir, trechos da entrevista:

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, tentou segurar o dólar no "grito". Vai conseguir?

É proibitivo que ministro da Fazenda e presidente de Banco Central falem sobre câmbio e juros, porque mexem com as expectativas de **mercado** e, se de fato não efetivam isso, perdem credibilidade. Se você olhar a curva do **mercado** de câmbio (ontem), o **dólar** subiu quando anunciaram a fala do ministro, mas em seguida voltou. Não adianta. A formação da taxa de câmbio depende exclusivamente dos fundamentos da economia, que são muito bons. Não existe economia forte com moeda fraca ou vice-versa.

Quais são os riscos dessa estratégia do governo?

Simplesmente não funciona. Graças à intervenção do Banco Central, que amenizou as volatilidades, o real já foi a moeda que menos se apreciou entre os grandes **exportadores** de commodities. Na África do Sul, o rand subiu 11,3%. O **dólar** australiano se valorizou 13,27%. Na Nova Zelândia, a alta foi de 6,57%. O real subiu 5,09%.

Mas isso não é resultado do aumento do IOF?

Não. O IOF ataca capitais de curto prazo, e o estoque no **Brasil** é muito pequeno. O que **importa** são os papéis de renda fixa de longo prazo, que são muito **importantes** para financiar a dívida pública. O mesmo ministro que fala hoje em controle cambial assinou uma medida provisória em 2003, que isentou totalmente de imposto de renda o capital estrangeiro. O **Brasil** é um país carente de poupança. Se você impedir que os estrangeiros venham para o País, as taxas de juros vão para o céu, porque não temos poupança externa.

Mantega disse que as medidas para segurar o dólar são "infinitas". Qual é a sua avaliação?

De fato, são infinitas. Assim como os prejuízos desse artificialismo na formação da taxa de câmbio também são infinitos. Se ele tiver sucesso na intervenção, o câmbio vai a R\$ 2. Só que, se isso ocorrer, a taxa de juros para manter a inflação na meta tem de ser de 14% ao ano. No médio prazo, o câmbio reflete sempre os fundamentos da economia.

O governo pretende fazer um ajuste fiscal e acredita que contribuirá para reverter o fortalecimento do real. Faz sentido?

Isso é produtivo. O problema para a competitividade dos produtos brasileiros não é a taxa de câmbio, mas o custo Brasil. Se o governo ajustar suas despesas, com aumento do superávit primário sem artificialismo, terá um amplo apoio. Será possível reduzir o custo **Brasil** e as taxas de juros vão cair. Esse é o ajuste de fato.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo flexibiliza regra para restituir <u>exportador</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Medida, no entanto, não deve alterar a dificuldade que as empresas enfrentam para conseguir a compensação tributária prometida

Eduardo Rodrigues

O governo recuou e flexibilizou as regras para que empresas exportadoras recuperem de maneira mais rápida até metade de seus créditos tributários. A medida, no entanto, não deve alterar o atual panorama de dificuldades para que a maior parte das companhias consiga receber do governo o dinheiro a que tem direito.

O mecanismo foi incluído no pacote de apoio à exportação lançado em maio do ano passado e só entrou em operação em agosto. Mas, de acordo com reportagem publicada pelo Estado em 13 de dezembro, apenas duas companhias haviam conseguido realizar o processo até então.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou que a alteração tem o objetivo de ajudar o setor exportador, dando a possibilidade para mais empresas se habilitarem. "Fizemos um balanço e chegamos à conclusão de que as condições eram rigorosas", afirmou.

Apesar de a mudança ter reduzido pela metade duas exigências para o procedimento que devolve em 30 dias até metade dos créditos gerados no trimestre anterior, o número de empresas beneficiadas deve continuar ínfimo diante do total de companhias que exportam.

Pela primeira regra, em vigor desde agosto, as companhias precisavam comprovar que haviam exportado nos últimos quatro anos pelo menos 30% de sua receita bruta. Daqui para frente, a exigência será de pelo menos 15% nos últimos dois anos.

Para obter o ressarcimento tributário, as empresas também têm de estar em dia com seus tributos e não podem ter sido submetidas ao regime especial de fiscalização nos três anos anteriores ao pedido.

Segundo o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, 17 mil empresas brasileiras

exportaram em 2010 até setembro, mas, de acordo com a Receita Federal, apenas 55 companhias foram habilitadas de julho a novembro do ano passado a antecipar o recebimento dos créditos, ou seja, apenas 0,31% do universo dos que vendem para o exterior.

Segundo o coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, com a mudança das regras, esse número deve aumentar em apenas 20%, para cerca de 65 empresas.

"Pela sistemática anterior, foram deferidos 193 pedidos, que podem ser para ressarcimentos de PIS, Cofins ou Imposto de Importação (IPI). Se as novas regras já valessem, seriam 243 habilitações", afirmou. Mombelli ressaltou, porém, que empresas que não atendiam aos requisitos e, portanto, não realizaram pedidos, poderão agora solicitar a antecipação.

Compensação. Para não prejudicar os produtos brasileiros, as exportações são desoneradas de IPI, PIS, Cofins. O equivalente ao que foi pago pelas empresas nesses tributos sobre o que realmente foi embarcado para fora do País vira crédito tributário, que pode ser compensado pelas empresas nas vendas internas.

Quando há sobras, os empresários têm dificuldade em receber os valores do governo. O setor privado estima que o estoque de créditos de exportação nos caixas oficiais ultrapasse os R\$ 10 bilhões, mas fontes do governo calculam cerca de R\$ 2 bilhões.

Segundo Mombelli, as solicitações deferidas no segundo semestre de 2010 equivalem a um crédito de R\$ 287 milhões, dos quais 50% ou R\$ 143,5 milhões foram ressarcidos até agora.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo pode bloquear R\$ 40 bi do Orçamento		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Corte de gastos terá de superar o registrado em 2010, que foi de R\$ 30 bilhões

Freio nas despesas públicas é a aposta de Dilma para convencer mercado da disposição de controlar as contas

VALDO CRUZ

SHEILA D"AMORIM

DE BRASÍLIA

O bloqueio de recursos do Orçamento da União este ano poderá chegar a R\$ 40 bilhões. Avaliação da equipe econômica indica que o corte nos gastos terá de superar o montante de 2010, quando foi de R\$ 30 bilhões.

A palavra final caberá à presidente Dilma, mas ela já autorizou um "corte efetivo" de despesas. Isso significa que o valor a ser anunciado ficará retido até o final de 2011, diferentemente de anos anteriores, quando parte das verbas acabou liberada.

O freio nas despesas públicas é a aposta do governo para convencer o mercado financeiro da disposição de controlar as contas públicas depois de um ano pautado por elevação dos gastos.

Inicialmente, o Ministério da Fazenda avaliou que um corte semelhante ao de 2010 seria suficiente, mas os últimos cálculos indicaram que R\$ 30 bilhões são "pouco".

Segundo a Folha apurou, o montante do corte pode chegar aos R\$ 40 bilhões principalmente por conta das

receitas extras criadas pelo Congresso na aprovação do Orçamento, que ficaram na casa de R\$ 23 bilhões.

O ajuste fiscal em estudo pela equipe de Dilma é o principal instrumento para atacar os dois principais desafios econômicos impostos ao novo governo: a valorização excessiva do real e a elevação da inflação.

O corte representaria mais de 60% de todo investimento previsto no Orçamento da União e pode garantir o cumprimento da meta de superavit primário de 3,1% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Na sua primeira entrevista como ministro do governo Dilma Rousseff, Guido Mantega (Fazenda) não quis se comprometer com valores, mas enfatizou que o bloqueio ajudará na questão cambial.

"Garanto que haverá ação fiscal forte em 2011 e isso também ajudará o câmbio no médio prazo", afirmou.

Segundo ele, "a demanda estatal menor vai abrir espaço para que futuramente os juros possam cair".

Além disso, o gastos públicos em excesso estimulam o consumo num momento delicado para inflação. Em 2010, a economia irá crescer em torno de 7%, o que cria um ambiente favorável a novos reajustes de preços. Este ano, o governo trabalha com um crescimento de 4,5%.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Cortar gastos permite ao Estado investir em setores em que é realmente necessário		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ANÁLISE

ANDRÉ SACCONATO

ESPECIAL PARA A FOLHA

A intenção declarada por novos governos de cortar gastos em 2011 indica o caminho certo. Infelizmente, isso foi dito também no início de 2010, mas não foi cumprido.

Poucos defendem um governo fraco ou até a sua ausência, principalmente após a crise financeira de 2008. Por outro lado, é sacramentado na teoria econômica o fato de que o setor privado é mais eficiente que o público, dado que o primeiro maximiza lucro, enquanto o outro maximiza obtenção de votos, e os dois objetivos nem sempre são coincidentes.

E, para piorar esse aparente paradoxo, os recursos são escassos, ou seja, se o governo gasta mais, expulsa o setor privado da economia e diminui sua eficiência.

Então, para que serviria o Estado? A teoria econômica mostra que é necessário um ente que forneça alguns bens que o setor privado não conseguiria oferecer de forma universal, como educação e saúde, para que todos possam entrar em iguais condições no mercado de trabalho.

A crise de 2008 reforçou a importância do Estado como fiscalizador dos excessos do setor privado. Portanto, o Estado tem que ter tamanho suficiente para desempenhar bem essas tarefas, taxando os mais ricos de forma proporcional, para dar condições dignas aos mais pobres.

Nesse sentido, é natural que o Estado tenha gasto com custeio, mas ele tem que ser o menor possível, para não acarretar ineficiência.

Reduzir despesas, além de liberar recursos para o setor privado, permite ao governo investir mais em setores em que é realmente necessário.

Note-se que o grande investimento deve ser feito pelo setor privado, como em portos, aeroportos e estradas, pois não há recursos públicos para tudo isso. O dinheiro do governo tem que ir para investimentos sociais, para os quais nem sempre há interesse privado.

Resta torcer para que se aproveite o ciclo político, de um primeiro ano de um governo inicialmente bem avaliado, para que a boa intenção se torne ação concreta.

ANDRÉ SACCONATO é doutor em teoria econômica pelo IPE-USP e coordenador de projetos macroeconômicos da Tendências Consultoria Integrada

	VEÍCULO JORNAL DO BRASIL		EDITORIA
	TÍTULO Números positivos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De janeiro a novembro de 2010, o faturamento do polo industrial de **Manaus** foi de US\$ 32,2 bilhões. Crescimento de 36,95% sobre o mesmo período de 2009, que chegou a US\$ 23,5 bilhões. Os dados são da **Suframa** e reforçam a expectativa da **Superintendente** da autarquia, economista **Flávia Grosso**, de que os resultados do acumulado do ano façam com que os números de dezembro confirmem o faturamento total de US\$ 35 bilhões.

Otimismo

Flávia Grosso continua apostando em maior crescimento do polo de **Manaus** em 2011.

Por sua vez, os empregos do polo somaram, em novembro, 111 mil. A **Suframa** prevê encerrar 2011 com 116 mil empregos.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Capital especulativo na mira		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mantega diz que controlar ingresso de recursos no país está em estudo pelo governo. Dólar reage e chega a subir 1,2%

Martha Beck, Patrícia Duarte e Bruno Villas Bôas

Confirmando que o câmbio é preocupação central do governo Dilma Rousseff, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, subiu ontem o tom que já havia sido dado na véspera pelo ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIMentel**, e desafiou o **mercado** dizendo que o **Brasil** não deixará o **dólar** derreter. Ele deixou claro que o controle de capitais é uma opção concreta na mesa da equipe econômica e reafirmou o compromisso com um ajuste fiscal que freie a demanda do Estado sobre a economia e ajude o Banco Central (BC) a reduzir os juros, tornando o **mercado** brasileiro menos atraente aos especuladores.

- Não vamos permitir que o **dólar** derreta. O governo não medirá esforços para impedir a queda da moeda americana. São infinitas as medidas que podemos tomar. Uma delas é administrar o ingresso de capital especulativo de curto prazo - disse.

O **mercado** de câmbio reagiu de imediato às declarações. Um dia depois de bater sua menor cotação desde 1º de setembro de 2008, o **dólar** comercial voltou a subir ontem. A moeda americana chegou a avançar 1,21% após o ministro Mantega convocar a entrevista sobre o assunto. Mas, como nenhuma medida foi anunciada, a moeda perdeu fôlego e fechou negociada a R\$1,664, em alta de 0,78%.

Reembolso mais flexível a exportador

Solange Srour, economista-chefe da BNY Mellon Arx, afirma que a convocação da entrevista criou expectativa de medidas, como uso do Fundo Soberano Brasileiro (FSB) ou uma nova taxaçoão sobre capital estrangeiro:

- O ministro costuma alertar o **mercado** antes de tomar alguma medida no câmbio. Mas isso acontece de forma menos formal. Desta vez, ele convocou uma entrevista coletiva para o alerta, o que não é comum. E criou assim uma expectativa muito forte.

O **Brasil** já vem adotando desde outubro medidas de controle, como a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - de 2% para 4% e, depois, para 6% - para aplicações em renda fixa. No entanto, o cardápio pode ser muito mais duro com os investidores do que a subida de um tributo. Entre as barreiras, pode haver quarentena, limite de exposição às moedas local e americana, aumento das garantias mínimas, entre outras.

O país também foi um dos mais ativos integrantes do grupo das 20 maiores economias do mundo (G-20) a exigir, na reunião de novembro, que o controle de capitais fosse aceito como forma de defesa contra medidas de terceiros países fortes - como EUA, China e os da União Europeia - que tenham impacto sobre os demais.

Mantega também anunciou uma ampliação do regime de ressarcimento de créditos tributários aos **exportadores**, para dar mais competitividade ao setor. Os critérios para que as empresas recebam crédito de PIS/Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) mais rapidamente (em até 30 dias) ficaram mais flexíveis. Para ter direito ao incentivo agora, a empresa tem que ser **exportadora** há, pelo menos, dois anos (antes eram quatro) e ter 15% de seu faturamento provenientes de venda ao exterior (antes eram 30%).

O incentivo, no entanto, ainda é tímido. O ressarcimento acelerado foi anunciado em maio do ano passado, mas, até dezembro, apenas 55 empresas conseguiram obter créditos mais rapidamente, num montante de R\$143,5 milhões. A Receita Federal calcula que o total de **exportadores** com direito à devolução cresça 20%.

O ministro afirmou que o governo já está fazendo também um esforço para ajudar a equilibrar o câmbio por meio do controle das despesas públicas. Segundo ele, os cortes que estão sendo estudados no Orçamento de 2011 vão ajudar a reduzir a demanda.

- Essa ação vai ajudar a política antiinflacionária do BC para que ele possa reduzir juros quando achar necessário - afirmou o ministro.

Mantega afirmou ainda que o governo continuará atuando na área comercial, por meio de medidas de

competitividade, e diretamente no mercado, para segurar o dólar.

Na esfera do BC, os técnicos acreditam que não há medidas novas além de continuar comprando dólares no mercado para compor as reservas, que já estão próximas de

US\$290 bilhões. Em dezembro, até o dia 17 (último dado disponível), o país já havia comprado US\$1,163 bilhão.

O câmbio será destaque na primeira reunião ministerial marcada pela presidente Dilma Rousseff para dia 14.

COLABOROU Luiza Damé

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Governo vai acionar lei para frear <u>importação</u> triangular com chineses		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Brasil negocia acordos de proteção a investimento para estimular aportes no exterior

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. Duas investidas do governo brasileiro para minimizar os efeitos da valorização do real frente ao dólar já estão na ponta da agulha, todas no front externo, sem que para isso seja necessário mexer no regime de câmbio flutuante. Em uma vertente, o governo usará pela primeira vez uma lei que permite frear importações de países que sejam parte de uma triangulação no comércio exterior. O setor calçadista deverá ser o grande contemplado. Em outra área, a ideia é estimular investimentos de empresas brasileiras lá fora.

O governo já trabalha em uma nova medida antidumping sobretaxando as importações de calçados provenientes do Vietnã, da Malásia e de Cingapura, a pedido das indústrias nacionais. O alvo é a China que, através de importadores que se beneficiam da concorrência desleal, estaria vendendo os produtos chineses no Brasil como se fossem fabricados nos três países asiáticos, que não são produtores de calçados. Assim, burlam a sobretaxa de US\$13,85 por par, aplicada pelo governo brasileiro às aquisições chinesas.

Acordos de investimento em negociação com México e Chile

Além disso, o Brasil negocia, neste momento, acordos de proteção a investimentos com México e Chile. Sem tradição de investir lá fora, o empresário brasileiro não conta com segurança jurídica ou outro tipo de garantia no mercado em que pretende pôr seus recursos, porque o Brasil não tem esse tipo de acordo, com reciprocidade.

- Uma grande preocupação não é apenas com o que deveria sair, mas é que esse dinheiro volte e mexa no câmbio. Imagine se a Petrobras retornar todo capital que tem no

exterior - comentou o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

- Os investimentos brasileiros só vão ter proteção quando dermos proteção aos investimentos estrangeiros - completou.

Ele lembrou que México e Chile são países importantes. O México, porque é porta de entrada para o Nafta, bloco comercial da América do Norte com alíquotas zero que inclui Estados Unidos e Canadá. O Chile, porque tem acordos de proteção a investimentos com o mundo inteiro.

Calçadistas estão levando produção para outros países

Paralelamente a medidas que permitam a saída de dólares do Brasil - e não o ingresso maciço, como vem acontecendo nos últimos meses - alguns setores pedem proteção e afirmam que estão sofrendo intensamente uma fase de desindustrialização. Heitor Klein, presidente da Abicalçados, associação que reúne os fabricantes de calçados, afirma que, além de perder empregos e mercado interno, indústrias calçadistas estão deixando o Brasil e indo para países como Nicarágua, Argentina e República Dominicana.

- Por isso estamos pedindo medidas contra a triangulação - disse.

Outro setor que pede ações do governo é o têxtil:

- Ou o governo toma medidas rápidas, mostrando que o discurso da competitividade é algo que vai ser efetivado, ou nós vamos ficar de estudo em estudo, punindo os empresários - afirmou Fernando PIMentel, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit).

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Superávit com a Argentina traz riscos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O superávit comercial do Brasil com a Argentina, que cresceu 172% e alcançou US\$ 4,1 bilhões em 2010, reacendeu temores de medidas protecionistas do governo de Buenos Aires, caso se confirme a previsão de manutenção da tendência de desequilíbrio em 2011.

O secretário de Comércio, Guillermo Moreno, já avisou que voltará a dificultar a entrada de alimentos processados. Produtos brasileiros como milho, molhos em conserva e biscoitos podem ser afetados. Em maio, expira o acordo de restrição voluntária das exportações de calçados à Argentina, que fixa cota anual de 15 milhões de pares. O diretor da Abicalçados, Heitor Klein, diz que há disposição dos brasileiros em renovar o acordo, mas com bases diferentes e ampliação dos embarques.

Déficit argentino cresce e traz temor de protecionismo

Daniel Rittner | De Buenos Aires

O superávit do Brasil com a Argentina cresceu 172% e alcançou US\$ 4,1 bilhões no ano passado, voltando aos níveis dos anos anteriores à crise e reacendendo os temores de medidas protecionistas contra produtos brasileiros, caso o agravamento do desequilíbrio comercial persista em 2011.

Nada indica uma mudança de rota, apesar da sobrevalorização do real. Para a consultoria portenha Abeceb, o saldo deverá subir para US\$ 5,5 bilhões neste ano e a aplicação de novas barreiras dependerá da evolução do comércio argentino com o resto do mundo. O superávit global do país chegou ao recorde de US\$ 16,8 bilhões em 2009, mas caiu para US\$ 12,7 bilhões em 2010 e a estimativa para 2011 é de US\$ 10 bilhões.

O fantasma de quebra das safras de milho e de soja, devido à estiagem que atinge o interior da Argentina, ameaça reduzir ainda mais o superávit esperado para este ano. Para o economista Mauricio Claverí, da Abeceb, a tendência clara é de ampliação do déficit com o Brasil. "As exportações argentinas estão concentradas em setores como o automotivo e a metalurgia, e têm pouca margem para crescer, enquanto as vendas brasileiras são bem mais diversificadas", diz.

O secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, já avisou aos importadores locais que pretende fechar novamente as portas para a entrada de alimentos processados que tenham concorrência nacional. Em meados do ano passado, a medida foi usada e causou forte reação dos exportadores, principalmente europeus. No caso do Brasil, os principais produtos afetados foram milho em conserva, molhos e biscoitos. A barreira jamais foi formalizada e funcionou somente à base de chantagens e ameaças do secretário aos varejistas argentinos.

Outro ponto sensível nas relações comerciais voltará à pauta nos próximos meses, quando a indústria de calçados dos dois países precisará definir o futuro do acordo de restrição "voluntária" das exportações brasileiras, que expira em maio. Pelo entendimento, os calçadistas brasileiros se autoimpuseram um limite anual de 15 milhões de pares nas vendas à Argentina, em troca de cumprimento dos prazos de liberação das licenças não automáticas de importação. Agora, o acordo dificilmente será renovado nas mesmas condições.

"Nos melhores anos, chegamos a vender 25 milhões de pares", diz Heitor Klein, diretor-executivo da Abicalçados, a associação do setor no Brasil. "Em 2008, vendemos 18,5 milhões de pares. A contrapartida do acordo é que ficaríamos com 75% do mercado de importados, mas isso nunca chegou a acontecer."

De acordo com ele, os calçados brasileiros representaram 63% do total de importados pela Argentina, em novembro. O restante das importações é proveniente da Ásia, majoritariamente. Além de ter perdido participação no mercado local, a Abicalçados argumenta que já houve tempo suficiente para os concorrentes argentinos ganharem competitividade. Ele cita o fato de que muitas empresas - como Vulcabras, Dasse Paquetá- instalaram subsidiárias no país para driblar as restrições. "Tudo isso são questões que precisaremos colocar de volta na mesa."

A Argentina é o segundo maior mercado de exportação para os calçados brasileiros, em volume, e o terceiro maior, em valor. Em 2010, a estimativa é ter fechado o ano com vendas em torno de US\$ 165 milhões.

Funcionários do governo brasileiro ouvidos pelo Valorminimizam o crescimento do desequilíbrio comercial e lembram que o superávit com a Argentina ainda é inferior ao registrado em 2008, quando atingiu um recorde histórico. O objetivo em Brasília é estimular as **importações** de produtos argentinos, mas a estratégia é dificultada pela redução da oferta do país vizinho, em particular de bens como petróleo bruto e nafta petroquímica. No ano passado, foram limitadas também as compras de trigo, por causa do péssimo desempenho da colheita.

Nos últimos dois meses, a Argentina adotou uma medida antidumping contra tubos de ferro da Fundição Tupye abriu investigação que pode resultar em sobretaxa de 70,9% às toalhas brasileiras. Mas ainda não houve uma escalada de barreiras protecionistas contra produtos "made in Brazil". O

compromisso de manutenção da taxa de câmbio flutuante, no governo da presidente Dilma Rousseff, foi recebido com alívio em Buenos Aires.

O peso teve desvalorização de apenas 4,7% no ano passado, mas institutos independentes calculam variação dos preços de até 25%. Com inflação em **dólares**, avalia-se um real mais fraco teria consequências catastróficas para a competitividade dos produtos argentinos - por isso a sensação de alívio. Ao mesmo tempo, há grande curiosidade em conhecer Fernando **PIMentel**, o novo ministro do **Desenvolvimento**, já que a pasta é vista pelo governo da Argentina como mais agressiva do que o Itamaraty nas discussões comerciais.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Portaria libera protesto por autarquias		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De São Paulo

Ricardo Benichio/Valor

Laura Ignacio

Pedro Lunardelli: legislação não autoriza expressamente prática do protesto

Uma portaria do **Ministério** da Fazenda e da Advocacia-Geral da União (AGU) autorizou o protesto extrajudicial de Certidões de Dívida Ativa (CDAs) da União. Tanto para os tributos federais devidos à Fazenda, quanto às taxas e contribuições devidas às autarquias e fundações públicas federais, como a taxa de fiscalização paga ao Ibama, por exemplo.

O protesto em relação às autarquias e fundações existia apenas em um projeto piloto. Em agosto de 2010, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) celebrou um convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do **Brasil** (IEPTB). A partir daí, as CDAs de valores abaixo de R\$ 10 mil e de titularidade do Inmetro, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), constituídos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a ser protestadas.

Segundo a AGU, a medida apresentou resultados favoráveis ao erário. Em outubro e novembro de 2010, o índice de recuperação foi superior a 30%. Por meio da execução fiscal, esse índice não supera o percentual de 2%.

Para o órgão, com a nova portaria, essa recuperação deve aumentar.

O tributarista Pedro Lunardelli, do Siqueira Castro Advogados, afirma que a portaria é resultado da interpretação de várias leis. "Mas nenhuma delas autoriza expressamente a prática do protesto", diz. Já o advogado Paulo Sehn, sócio do Trench, Rossi e Watanabe Advogados, afirma que o Código Tributário Nacional (CTN) só permite o protesto judicial. "O objetivo da portaria é fazer com que o devedor se sinta constrangido com a publicidade da medida e quite a dívida", afirma. Ambos defendem que há outras formas legais de cobrança. Em agosto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi favorável ao Banco do Brasil, pela qual contestava o protesto do município de Duque de Caxias (RJ).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editou em 2006 a Portaria n321, permitindo o uso do protesto, mas não chegou a aplicá-lo. Para a coordenadora-geral da Dívida Ativa da União da PGFN, Nélida Araújo, a nova portaria traz segurança jurídica por ser interministerial. "O protesto é **importante** por otimizar a cobrança de crédito inscrito em dívida ativa", diz. Ainda não há previsão para o uso do protesto.